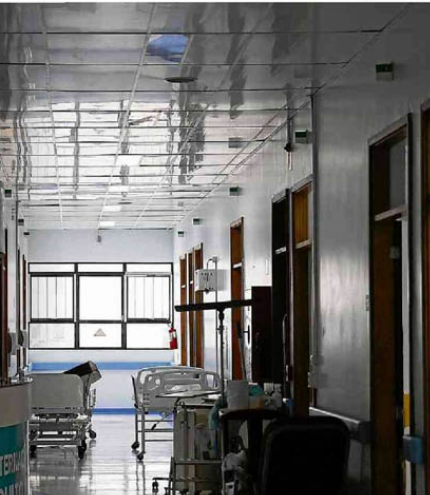


Hospitais atingidos pela enchente receberam 25% da cifra anunciada

Hospitais atingidos pela cheia receberam 25% dos valores anunciados



JONATHAN HECKLER

Pronto Socorro de Canoas segue fechado aguardando obras depois da enchente de maio

ZH publica, hoje, a quarta de uma série de reportagens que mostra como está a reconstrução do RS em oito áreas essenciais. R\$ 137,7 milhões foram pagos de R\$ 550,1 milhões esperados. Ainda há um estabelecimento inoperante

Fernanda Polo
fernanda.polo@zerohora.com.br

– Depois da enchente, não tem as coisas no hospital. Não tem lençol, não tem fronha, não tem travesseiro, não tem coberta para os pacientes. Medicação também não tem – relata a soldadora Nilvana Brito, acompanhante de um idoso de 80 anos no Hospital Nossa Senhora das Graças (HNSG), em Canoas. Há mais de três meses, o estabelecimento acomoda os atendimentos, a estrutura que pôde ser recuperada e o corpo técnico do Hospital de Pronto Socorro de Canoas (HPSC), invadido e destruído pela enchente. A nova realidade levou ao aumento do número de atendimentos no local e tem gerado problemas: o hospital está cheio e há falta de insumos, conforme relatos de acompanhantes.

Até agora, aos hospitais atingidos pela cheia no Estado, foram destinados R\$ 137,7 milhões, valor que representa 25% do anunciado (R\$ 550,1 milhões) pelos governos estadual e federal. O Hospital de Pronto Socorro de Canoas é o único ainda fechado devido à cheia – outros quatro também foram interditados, mas já retomaram atividades.

Diante do aumento de atendimentos no Graças, foram ampliados o número de consultórios, de salas cirúrgicas e a estrutura do hospital, de acordo com o secretário municipal da Saúde de Canoas, Mauro Sparta. Em nota, o Graças diz que a “superlotação está diretamente relacionada ao aumento dos problemas respiratórios típicos do período de inverno, o que resulta em maior demanda por atendimento médico. Adicionalmente, estamos enfrentando um desafio extra devido ao fato de que dois hospitais estão operando temporariamente nas instalações do HNSG”.

Houve perda substancial no HPSC. Não há previsão de reabertura do estabelecimento, referência para 102 municípios e 2 milhões de pessoas. A limpeza do hospital e a retirada de equipamentos já foram realizadas. O total de recursos necessários para a reparação está estimado em R\$ 69,7 milhões, incluindo a recuperação predial e aquisição ou conserto de equipamentos, segundo a prefeitura. A primeira etapa na qual se trabalha é a energia elétrica, explica Sparta: – O maior desafio do início é termos a energia elétrica funcionando, os geradores funcionando, a rede de gás e a rede hidráulica. As ações no HPSC são reali-

zadas com verbas municipais. A Secretaria Estadual da Saúde (SES) repassou R\$ 750 mil, que foram utilizados na manutenção do Graças. A prefeitura encaminhou pedido ao Ministério da Saúde, que sinalizou a liberação de R\$ 30,5 milhões. Foram solicitados também R\$ 32 milhões para equipamentos, mas a prefeitura ainda não obteve resposta.

Recursos estaduais

A SES destinou R\$ 45,1 milhões para 247 hospitais do RS, repassados aos municípios. Além disso, R\$ 1 milhão foi destinado à aquisição de cem câmaras para armazenamento de vacinas e medicamentos, doadas a municípios em calamidade ou emergência que registraram perda em decorrência dos eventos climáticos.

Para a secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann, o governo cumpriu seu papel do ponto de vista de repasse de recursos.

Por enquanto, não há previsão

de novos aportes do governo estadual, mas a possibilidade pode ser avaliada para 2025, por meio do programa Avançar na Saúde.

Recursos federais

O governo federal já destinou R\$ 91,6 milhões para os hospitais. O valor representa 18,1% do total anunciado (R\$ 504 milhões). Os números consideram gastos com tratamentos, atendimentos, sistemas e medicamentos, e não incluem gastos com atenção primária, vigilância sanitária, saúde indígena, farmácia popular, benefícios a servidores públicos e Força Nacional de Saúde. Os recursos vieram primariamente por meio de medidas provisórias, e não consideram portarias vinculadas a emendas parlamentares.

Procurados, o Ministério da Saúde e a Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do RS não se manifestaram até o fechamento da reportagem. —

Reforma lenta e amarras da burocracia

No Vale do Taquari, com o Hospital Roque Gonzales tendo sido atingido duas vezes por cheias (setembro de 2023 e maio deste ano), Roca Sales integra a lista de municípios que avaliam mudar a localização de pontos estratégicos, como a própria casa de saúde. Por ora, a recuperação segue no local.

O primeiro piso, que já havia sido recuperado da cheia de setembro, foi destruído outra vez. O hospital passou novamente por obras, recebendo revestimento em porcelanato nas salas de atendimento, pintura no teto, gesso, reparos no piso e troca de portas. No final do mês passado, o estabelecimento filantrópico, com 90% dos leitos dedicados ao SUS, voltou a receber pacientes no primeiro andar, após quase três meses de atendimentos improvisados no segundo pavimento.

A reforma do setor administrativo no hospital continua a ser realizada, com doações do humorista Badin, do Sicredi, da Unimed e de pessoas físicas. O estabelecimento ainda não recebeu os repasses dos governos federal e estadual, que continuam no fundo municipal de saúde.

Conselho

A regra exige que o plano de trabalho, que indica a aplicação da verba, passe pela aprovação do Conselho Municipal de Saúde, conforme Raquel Oestreich, secretária de Saúde de Roca Sales.

O problema é que o colegiado vive momento de transição. Duas entidades não estão mais participando, e o município optou por removê-las do conselho. A alteração não chegou a ser validada por lei, e nesta semana o projeto será apreciado na Câmara de Vereadores. A secretária acredita que o dinheiro será liberado em setembro:

– Há gente morrendo pela burocracia do país. Temos recurso importante que ainda não veio para o hospital, mas vai vir.

Serão repassados R\$ 1,76 milhão, provenientes dos recursos estadual, federal e também de emendas parlamentares, diz o prefeito Amilton Fontana. Os recursos serão aplicados para custeio emergencial, em equipamentos, material de construção, mão de obra, despesas, entre outros, dando sequência às obras e retomando outras. —

Colaboraram Beatriz Coan e Michelle Pértile (RBS TV)



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco Pagina: 6